



**Comissão Pastoral da Terra**

**ARAGUAIA-TOCANTINS**

CP 51 – ARAGUAÍNA-TO – 77.807-070

Tel (63) 3412 3200 - e.mail: [cpt.tocantins@gmail.com](mailto:cpt.tocantins@gmail.com)

CNPJ: 02.375.913/008-94

---

## **OS JUÍZES DA CRUELDADE – VIOLÊNCIAS E IMPUNIDADE NA GLEBA TAUÁ, BARRA DO OURO - TO**

No dia 17 de abril em que a CPT lançou em Brasília o Caderno anual dos Conflitos no Campo e traz o alarmante número de mais de 2 mil conflitos pelo Brasil, aqui no Tocantins registramos mais um dentre tantos episódios de violência já ocorridos na Gleba Tauá (município de Barra do Ouro, TO), em uma área disputada por 60 famílias entre posseiros, nascidos e criados lá e ocupantes presentes na área desde 2012. Neste dia, um deles, Valdinez Pereira dos Santos, conhecida liderança da Articulação Camponesa de Luta e Defesa pelos Territórios, acabou sendo vítima da truculência de mais de 10 pistoleiros contratados pelo conhecido grileiro Pedro Amaro para “limpar a área” da Gleba Tauá.

Valdinez tem sido acusado, incessantemente, pelo grileiro Pedro Amaro e seus capangas de incitar violência e invasão dentro da área. Na segunda-feira (17), ele foi covardemente espancado com socos e coronhadas na cabeça e no rosto. Gravemente machucado, o mesmo conseguiu escapar e chegar até o povoado Morro Grande em busca de socorro. Apesar de terem sido registrados cerca de 27 boletins de ocorrência desde novembro de 2022, quando outro trabalhador fora espancado, não houve até o momento nenhuma ação por parte da Polícia Civil do Tocantins.

Acontece que a Gleba Tauá é uma área comprovadamente pública, conforme demonstra a certidão de inteiro teor do imóvel. Inclusive, na Justiça Federal tramita recurso de apelação em que se discute a competência para julgamento do processo.

As famílias são vítimas em sucessivas ações violentas como queima de alguns barracos de palha, agressões verbais e físicas, tentativas de expulsão e desmatamento. Diante dos ataques a assessoria jurídica da CPT e as famílias informaram ao juiz da Comarca de Goiatins, onde tramitam alguns processos referentes ao caso, e este determinou a interrupção imediata de qualquer trabalho na área por parte do grileiro e seus capangas. Entretanto, as ações violentas continuaram acontecendo, levando as famílias a registrar boletins de ocorrência, acompanhados por fotografias e vídeos, e a levar nova petição ao Juiz, o qual determinou novamente a interrupção dessas ações, desta vez sob pena de multa de 500 mil reais por cada parcela “esbulhada”, e a possibilidade de ação criminal em caso de novo descumprimento.

A resposta dos pistoleiros foi uma só: *“Os juízes aqui somos nós!”*. Mesmo com as violências repetidas, as famílias continuaram registrando boletins, embora se desesperassem com a falta de ação por parte da Polícia, do Estado, e pelo completo descumprimento da sentença judicial. No último dia 16 de abril, decidiram fazer nova reunião em uma das casas dos moradores da Gleba Tauá. Foi quando foram surpreendidos pelos pistoleiros que tentaram tomar os veículos dos posseiros presentes e intimidá-los com ameaças (isso foi registrado em vídeos). No dia seguinte, enquanto se preparavam para registrar novo boletim de ocorrência, todos foram mais uma vez atacados com uma brutal agressão dos pistoleiros contra a pessoa de Valdinez. E diante do medo, calaram-se.

Agora queremos questionar: quantas vozes e quantas vidas será preciso silenciar até que se cumpra a decisão do juiz e que, para o povo, seja realmente feito justiça? Diante do desespero que se alastra entre os moradores da área, frustrados do seu legítimo direito, viemos provocar a sociedade e as autoridades na esperança de que os órgãos responsáveis cumpram seus deveres e ponham fim a absurda espiral de violência dirigida contra a comunidade por pistoleiros e grileiros que, na luz do dia, andam armados, fazendo questão de expor suas armas. Através da força pretendem se afirmar como os verdadeiros juízes, as verdadeiras autoridades, incumbidos de mandar fazer e desfazer a vida de dezenas de famílias.

Na realidade, eles não são mais que os juízes da ganância, da violência e da crueldade, eles que destroem, desmatam e desobedecem a qualquer ordem legal, com a certeza de que nada e ninguém poderia impedi-los. Nesse sentido, exigimos justiça pelas famílias da Gleba Tauá, com atuação imediata das autoridades legais para por fim à violência e à impunidade na região.

Comissão Pastoral da Terra – Araguaia Tocantins, 18 de abril de 2023.